



INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DE PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA BRAZIL PHARMA S.A.

Por este instrumento particular:

- I. BRAZIL PHARMA S.A., com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliário ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1629, 6º e 7º andares, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 11.395.624/0001-71, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Brazil Pharma" ou "Companhia"); e
- II. OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Condomínio Downtown, bloco 13, grupo 205, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário" e, em conjunto com a Companhia denominados como "Partes").

CONSIDERANDO QUE:

- (i) em reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 08 de fevereiro de 2012, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 15 de fevereiro de 2012, sob o nº 74.861/12-8, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, em 09 de fevereiro de 2012 ("RCA"), foi aprovada a realização e os termos e condições da primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) para distribuição pública com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Oferta"), dentre eles o limite máximo da remuneração aplicável às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série ("Remuneração");
- (ii) em 28 de fevereiro de 2012 a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram o "Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Brazil Pharma S.A." ("Escritura de Emissão");
- (iii) em 03 de abril de 2012, os Coordenadores da Oferta conduziram o Procedimento de *Bookbuilding*, o qual resultou na definição (a) das taxas finais aplicáveis para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Remuneração das Debêntures da Segunda Série; (b) da

9

quantidade de Debêntures a serem emitidas e alocadas em cada uma das Séries; e (c) da quantidade de Séries a serem emitidas; e

- (iv) nos termos da Cláusula 6.5.2 da Escritura de Emissão, as partes acordaram em aditar e consolidar a Escritura de Emissão de forma a refletir o resultado do Procedimento *Bookbuilding*, conforme descrito no considerando “iii” acima.

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1. O presente Aditamento é celebrado de acordo com a RCA da Emissora, a qual aprovou o limite máximo de remuneração a ser paga no contexto da Emissão, e cuja ata foi arquivada na JUCESP, e publicada no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, conforme descrito no considerando “i” acima.
- 1.2. Este Aditamento será arquivado na JUCESP, na forma da legislação em vigor, nos termos do item 2.1, II, da Escritura de Emissão.

2. RETIFICAÇÃO

- 2.1. Considerando o término do Procedimento de *Bookbuilding*, que definiu (i) as taxas finais aplicáveis para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, (ii) a quantidade de Debêntures a serem emitidas e alocadas em cada uma das Séries, e (iii) a quantidade de Séries efetivamente emitidas, a Emissora e o Agente Fiduciário acordam em alterar as seguintes cláusulas da Escritura de Emissão, que passam a vigorar com a nova redação que lhes é atribuída abaixo:

“6.2. *Valor Total da Oferta.* O valor total da Oferta é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão.”

“6.3. *Quantidade.* Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, em 2 (duas) séries, as quais foram distribuídas entre as séries da seguinte forma:

- (i) 10.000 (dez mil) Debêntures na primeira série (“Debêntures da Primeira Série”); e
- (ii) 15.000 (quinze mil) Debêntures na segunda série (“Debêntures da Segunda Série”).”

“6.5. Séries. A emissão será realizada em 2 (duas) séries (“Séries”). As Debêntures da primeira e segunda séries são indexadas à Taxa DI (conforme definido na Cláusula 6.14.2 abaixo).”

“6.5.2. Procedimento de Bookbuilding. Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures e com a demanda das Debêntures pelos Investidores Qualificados, o qual foi realizado pelos Coordenadores no âmbito da Oferta, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição (i) da Remuneração das Debêntures (conforme definido na Cláusula 6.14.2 abaixo), observado o disposto abaixo, (ii) da quantidade de Debêntures alocada em cada Série, e (iii) da quantidade de Séries a serem emitidas (“Procedimento de Bookbuilding”). O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão e levado a registro perante a JUCESP, na forma da legislação em vigor.”

“6.14.2. Juros remuneratórios: sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extragrupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a (i) 1,705% (um inteiro e setecentos e cinco milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Sobretaxa da Primeira Série”, e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração das Debêntures da Primeira Série”); e (ii) 1,775% (um inteiro e setecentos e setenta e cinco milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Sobretaxa da Segunda Série”, e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração das Debêntures da Segunda Série”, sendo considerado, para fins dessa Escritura, a Sobretaxa da Primeira Série em conjunto com a Sobretaxa da Segunda Série como “Sobretaxas”, e a Remuneração das Debêntures da Primeira Série em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Segunda Série como “Remuneração das Debêntures”), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão (exclusive) ou a

data de remuneração das Debêntures imediatamente anterior (exclusive), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento (inclusive).

Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures devida em cada data de pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator Juros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do "Fator DI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

onde,

spread = 1,7050 para a Primeira Série, e 1,7750 para a Segunda Série; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo "n" um número inteiro;

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

3. RATIFICAÇÕES E CONSOLIDAÇÃO

- 3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão, e não expressamente alteradas por este Aditamento, sendo que a Escritura de Emissão passa a vigorar com redação constante do Anexo I a este Aditamento.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.
- 4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.
- 4.3. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 4.4. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes deste Aditamento.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.


São Paulo, 04 de abril de 2012.


(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)



Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Brazil Pharma S.A., celebrada entre Brazil Pharma S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Página de Assinaturas 1/3.

BRAZIL PHARMA S.A.

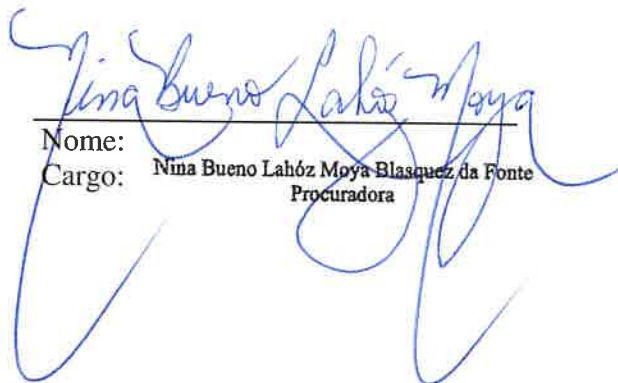

Nome: Felipe Albuquerque
Cargo: Diretor de Investimentos


Nome: Cristina Cauby Salles
Cargo: Diretora Jurídica

Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Brazil Pharma S.A., celebrada entre Brazil Pharma S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Página de Assinaturas 2/3.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A


Nome: Antonio Amaro R. de O. e Silva
Cargo: Gerente


Nome: Nina Bueno Lahóz Moya Blasquez da Fonte
Cargo: Procuradora



Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, da Brazil Pharma S.A., celebrada entre Brazil Pharma S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:



Nome: RODRIGO JOSÉ BONIFÁCIO
RG: 22.987.715-0 (SSP/SP)



Nome: ADRIANO ALEXANDRE DE NELLO
RG: 43.861.270-X (SSP/SP)



ANEXO I

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, DA BRAZIL PHARMA S.A.

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, da Brazil Pharma S.A." ("Escritura de Emissão"):

- III. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

BRAZIL PHARMA S.A., com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliário ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1629, 6º e 7º andares, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 11.395.624/0001-71, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Brazil Pharma" ou "Companhia"); e

- IV. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Condomínio Downtown, bloco 13, grupo 205, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário" e, em conjunto com a Companhia denominados como "Partes");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), serão realizadas com base na deliberação da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 08 de fevereiro de 2012 ("RCA"), conforme disposto no artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e no artigo 10, alínea "t" do Estatuto Social da Companhia.

2. REQUISITOS

- 2.1 A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
- I. *arquivamento e publicação da ata de RCA.* A ata (i) de RCA da Companhia será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;
 - II. *inscrição desta Escritura de Emissão e seus aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;
 - III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;
 - IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para, observado o disposto na Cláusula 5.6 abaixo, negociação no mercado secundário e custódia eletrônica por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
 - V. *dispensa de registro na CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de

colocação, não sendo objeto de protocolo, registro ou arquivamento na CVM, exceto pelo envio de comunicação de encerramento da Oferta Pública com Esforços Restritos à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476; e

- VI. *dispensa de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")*. Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social (a) o comércio, a fabricação, a importação e a exportação de artigos farmacêuticos, produtos químicos e dietéticos, perfumes e essências, cosméticos, produtos de higiene e toucador, saneantes domissanitários, nutrimentos e aparelhos acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética e produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos; (b) a prestação de serviços peculiares ao comércio varejista, tais como serviço de entregas domiciliares de produtos comercializados ou não pela Companhia, gerenciamento de informações cadastrais e armazenamento de dados sobre vendas de produtos e serviços, realizados através de convênios, gerenciamento e participação de programas de benefício de medicamentos ("PBM") no setor privado e público; (c) loja de conveniência e "drugstore", destinadas ao comércio, mediante auto-serviço ou não, de diversas mercadorias com ênfase para aquelas de primeira necessidade e serviços relativos ao objeto social; (d) importação e exportação de qualquer produto afim com seu objeto social; (e) o transporte rodoviário de mercadorias; (f) a promoção e a participação em empreendimentos imobiliários; (g) o comércio, a importação e a exportação de artigos, máquinas, e equipamentos afins com seu objetivo social; (h) participação em outras sociedades, simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; (i) gestão e comercialização de bens comerciais e de direitos próprios; e (j) a prestação de serviços de consultoria, intermediação e representação, inclusive, mas não se limitando, comercial.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão integralmente utilizados para expansão dos pontos de venda, capital de giro e pré-pagamento de endividamento bancário da Companhia.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime misto de garantia firme e de melhores esforços, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, sob o Regime Misto de Garantia Firme e de Melhores Esforços, da Brazil Pharma S.A." ("Contrato de Distribuição"), com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. na qualidade de coordenador líder, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 3º a 8º, 11º e 12º andares, São Paulo/SP ("Itaú BBA"), bem como do Banco Bradesco BBI S.A. e Banco BTG Pactual S.A., instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (em conjunto com o Itaú BBA, "Coordenadores"), tendo como público alvo exclusivamente investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").
- 5.2 *Subscrição.* No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estarem cientes que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.
- 5.3 *Plano de Colocação e Procedimento de Distribuição.* Os Coordenadores organizarão a colocação das Debêntures perante os Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na Instrução CVM 476 ("Plano de Colocação"), conforme previsto no Contrato de Distribuição, o qual será fixado mediante os seguintes termos:
- I. serão considerados Investidores Qualificados: (i) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item "iv" do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, que obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito

da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

- II. não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, rádio, televisão, e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
- III. o público alvo da Oferta é composto exclusivamente por Investidores Qualificados;
- IV. somente será permitida a procura, pelos Coordenadores, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados;
- V. as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
- VI. os fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nos itens IV e V acima;
- VII. não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo na Cláusula 6.5.2 abaixo), podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial e estratégica dos Coordenadores e da Companhia, observado, entretanto, que os Coordenadores (i) comprometem-se a direcionar a Oferta para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; e (ii) observarão os limites descritos nos incisos IV e V acima;
- VIII. não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Também não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário;
- IX. não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em subscrever ou adquirir Debêntures no âmbito da Oferta; e
- X. serão atendidos os clientes dos Coordenadores que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação dos Coordenadores com esses clientes, bem como outros investidores, fundos de investimento, e pessoas físicas e jurídicas, mesmo que não

sejam clientes dos Coordenadores, desde que tais investidores sejam considerados Investidores Qualificados e atestem seu conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos das Debêntures.

- 5.4 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas por meio do SDT.
- 5.5 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que as Debêntures serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme definida na Cláusula 6.14.2 abaixo), calculada de forma exponencial *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo) até a Data de Integralização.
- 5.6 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Companhia, dos itens do artigo 17 da Instrução CVM 476.
6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES
- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Oferta.* O valor total da Oferta é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, em 2 (duas) séries, as quais foram distribuídas entre as séries da seguinte forma:
- (i) 10.000 (dez mil) Debêntures na primeira série ("Debêntures da Primeira Série"); e
 - (ii) 15.000 (quinze mil) Debêntures na segunda série ("Debêntures da Segunda Série").
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

- 6.5 *Séries.* A emissão será realizada em 2 (duas) séries ("Séries"), observado o disposto na Cláusula 6.3 acima. As Debêntures da primeira e segunda séries serão indexadas à Taxa DI (conforme definido na Cláusula 6.14.2 abaixo) ("Debêntures da Primeira Série" e, respectivamente, "Debêntures da Segunda Série"), sendo que o somatório das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série não poderá exceder o valor de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão, e nem a quantidade de 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.
- 6.5.1 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.5.2 *Procedimento de Bookbuilding.* Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures e com a demanda das Debêntures pelos Investidores Qualificados, o qual foi realizado pelos Coordenadores no âmbito da Oferta, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição (i) da Remuneração das Debêntures (conforme definido na Cláusula 6.14.2 abaixo), observado o disposto abaixo, (ii) da quantidade de Debêntures alocada em cada Série, e (iii) da quantidade de Séries a serem emitidas ("Procedimento de Bookbuilding"). O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão e levado a registro perante a JUCESP, na forma da legislação em vigor.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escriuradora (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Instituição Escriuradora.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Instituição Escriuradora").
- 6.8 *Banco Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de banco mandatário das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na

Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações.
- 6.11 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 02 de abril de 2012 ("Data de Emissão").
- 6.12 *Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 02 de abril de 2016 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 02 de abril de 2017 ("Data de Vencimento da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento").
- 6.13 *Amortização do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário:
- I. de cada uma das Debêntures da Primeira Série será pago em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, nas datas e nos percentuais aduzidos na tabela abaixo:

| Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal na Data de Emissão) | Data de Pagamento |
|--|--------------------------------------|
| 50,0000% (cinquenta por cento) | 02 de abril de 2015 |
| 50,0000% (cinquenta por cento) | Data de Vencimento da Primeira Série |

- II. de cada uma das Debêntures da Segunda Série será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, nas datas e nos percentuais aduzidos na tabela abaixo:

| Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal na Data de Emissão) | Data de Pagamento |
|--|-------------------------------------|
| 33,0000% (trinta e três inteiros por cento) | 02 de abril de 2015 |
| 33,0000% (trinta e três inteiros por cento) | 02 de abril de 2016 |
| 34,0000% (trinta e quatro inteiros por cento) | Data de Vencimento da Segunda Série |

6.14 *Remuneração.* As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto nas Cláusulas 6.14.1 e 6.14.2 abaixo, calculado separadamente para cada Série.

6.14.1 *Atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado; e

6.14.2 *Juros remuneratórios:* sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a (i) 1,705% (um inteiro e setecentos e cinco milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração das Debêntures da Primeira Série"); e (ii) 1,775% (um inteiro e setecentos e setenta e cinco milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa da Segunda Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração das Debêntures da Segunda Série", sendo considerado, para fins dessa Escritura, a Sobretaxa da Primeira Série em conjunto com a Sobretaxa da Segunda Série como "Sobretaxas", e a Remuneração das Debêntures da Primeira Série em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Segunda Série como "Remuneração das Debêntures"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão (exclusive) ou a data de remuneração das Debêntures imediatamente anterior (exclusive), conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento (inclusive).

Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures devida em cada data de pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator Juros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do "Fator DI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

onde,

spread = 1,7050 para a Primeira Série, e 1,7750 para a Segunda Série; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo "n" um número inteiro;

Observações:

(e) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(f) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(g) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

(h) O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e

(i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

6.14.2.1 *Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios:* Ressalvada a hipótese de liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado

das Debêntures conforme previsto nesta Escritura, ou ainda a hipótese de ocorrer um resgate antecipado das Debêntures conforme previsto nesta Escritura, a Remuneração das Debêntures será paga semestralmente no dia 02 dos meses de outubro e abril, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento (tanto das Debêntures da Primeira Série como das Debêntures da Segunda Série) em 02 de outubro de 2012, sendo que o último pagamento das Debêntures da Primeira Série ocorrerá na Data de Vencimento da Primeira Série, e o último pagamento das Debêntures da Segunda Série ocorrerá na Data de Vencimento da Segunda Série ("Pagamento da Remuneração das Debêntures"). A Remuneração das Debêntures será paga nas seguintes datas:

| Debêntures da Primeira Série |
|-------------------------------------|
| 02 de outubro de 2012 |
| 02 de abril de 2013 |
| 02 de outubro de 2013 |
| 02 de abril de 2014 |
| 02 de outubro de 2014 |
| 02 de abril de 2015 |
| 02 de outubro de 2015 |
| 02 de abril de 2016 |

| Debêntures da Segunda Série |
|------------------------------------|
| 02 de outubro de 2012 |
| 02 de abril de 2013 |
| 02 de outubro de 2013 |
| 02 de abril de 2014 |
| 02 de outubro de 2014 |
| 02 de abril de 2015 |
| 02 de outubro de 2015 |
| 02 de abril de 2016 |
| 02 de outubro de 2016 |
| 02 de abril de 2017 |

6.14.3 *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Observado o disposto na Cláusula 6.14.4 abaixo, se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias referentes às Debêntures previstas nesta Escritura

de Emissão não houver divulgação da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, para apuração de "TDI_k", a última Taxa DI divulgada oficialmente, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

- 6.14.4 *Indisponibilidade da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias acima, Assembleia Geral de Debenturistas para que os Debenturistas possam definir, de comum acordo com a Companhia, o novo parâmetro a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo da Remuneração das Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente na apuração do Fator Juros, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os Debenturistas, quando da deliberação do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures.
- 6.14.4.1 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.
- 6.14.5 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre:

- I. a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DIk a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- II. a Companhia deverá amortizar, e, consequentemente, cancelará a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Companhia, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento das Debêntures e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Companhia, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pela maioria dos Debenturistas reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração das Debêntures seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas quanto à taxa de remuneração substituta durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa, a Companhia deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.
- 6.15 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
- 6.16 *Oferta de Resgate Antecipado.* A realização de oferta de resgate antecipado das Debêntures deverá ser realizada conforme o disposto abaixo:
- 6.16.1 *Oferta de Resgate Antecipado Facultativa.* A Companhia poderá, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures de qualquer uma das Séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série ou da Segunda Série, endereçada a todos os titulares de Debêntures da respectiva Série, sem

distinção, assegurado a todos os Debenturistas da respectiva Série igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures da Primeira ou da Segunda Série, conforme o caso, de que forem titulares, da seguinte forma ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativa"):

- I. a Companhia realizará a Oferta de Resgate Antecipado Facultativa por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 6.25 abaixo ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativa") e envio de comunicado escrito ao Agente Fiduciário, os quais deverão descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativa, incluindo (a) a(s) Série(s) objeto da Oferta de Resgate Antecipado Facultativa; (b) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações); (c) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (d) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas, sendo que o pagamento deverá coincidir com uma data para o pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 6.14.2 acima; (e) a forma e o prazo para manifestação dos Debenturistas, titulares das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado Facultativa, que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativa; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado Facultativa. A CETIP deverá ser comunicada através de correspondência encaminhada pela Companhia com o de acordo do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da realização da Oferta de Resgate Antecipado Facultativa;
- II. após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativa, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativa deverão se manifestar nesse sentido para a Companhia com cópia para o Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativa.
- III. a Companhia poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativa à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativa; e

7

condições da Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória, incluindo (a) o prazo pelo qual os Debenturistas poderão aceitar o resgate de suas respectivas Debêntures, o qual deverá ser feito no 35º (trigésimo quinto) dia após a divulgação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória; (b) o valor do resgate, observado o disposto no item II abaixo; (c) a forma de manifestação do Debenturista que deseje aceitar a Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória; (d) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas, que deverão ocorrer 15 dias após a data de aceitação da Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória pelos Debenturistas, sendo certo que todas as Debêntures objeto da oferta serão resgatadas em uma única data; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória. O Agente Fiduciário deverá comunicar os Debenturistas diretamente sobre o Edital de Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória;

- II. o valor a ser pago em relação às Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da respectiva Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, não sendo devido qualquer prêmio ou penalidade;
- III. a Companhia deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à oferta, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar ao Agente Escriturador, ao Banco Mandatário, e à CETIP sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data do resgate antecipado;
- IV. o pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados (a) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) pelo Agente Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; e
- V. na hipótese da Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória ser motivada pela ocorrência do evento previsto no item XX da Cláusula 6.24 abaixo, se a qualquer momento, entre a publicação do Edital de Oferta de Resgate

Antecipado Obrigatória e o 35º (trigésimo quinto) dia da referida publicação, a Companhia obtiver o restabelecimento do *rating* das Debêntures igual ou superior à classificação "A-", a Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória será automaticamente cancelada e a Companhia deverá informar tal fato por meio de envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário e de simultânea disponibilização da referida comunicação em sua página na Internet.

- 6.17 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto (i) no artigo 13 da Instrução CVM 476, (ii) no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e (iii) nas regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicável às demais Debêntures em circulação.
- 6.18 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas da respectiva Série ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva Data de Vencimento.
- 6.19 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").
- 6.20 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

- 6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Companhia, por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.
- 6.22 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Companhia fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 6.23 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 6.24 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.24.1 e 6.24.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a data de pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso VII abaixo, dos Encargos Moratórios), mediante o recebimento, pela Companhia, de carta protocolada ou carta com aviso de recebimento, encaminhada ao endereço da Companhia, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
I. pedido de auto-falência, falência não elidido ou decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia;

- II. pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia ou por qualquer uma de suas controladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- III. declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas;
- IV. liquidação ou dissolução da Companhia, ou de qualquer uma de suas controladas;
- V. cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à presente Emissão, sem a observância de seus termos;
- VI. sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal, mesmo arbitral, declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade de qualquer documento referente à Emissão;
- VII. não pagamento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária devida aos credores das Debêntures e relacionada à Emissão nas datas previstas, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;
- VIII. não cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não-pecuniária, nos termos desta Escritura de Emissão, não sanada em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento de aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário à Companhia, sendo que este prazo não se aplica aquelas obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- IX. inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras e dívidas da Companhia e/ou de qualquer uma de suas controladas em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se a Companhia comprovar, até o 5º (quinto) dia útil imediatamente seguinte a data de sua ocorrência, que tal inadimplemento não ocorreu ou foi devidamente sanado pela Companhia;
- X. falta de cumprimento por parte da Companhia ou por qualquer uma de suas controladas, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem de forma material a

capacidade da Companhia de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações nesta Escritura de Emissão;

- XI. protesto de títulos contra a Companhia e/ou contra qualquer uma de suas controladas, cujos valores individuais ou agregados sejam iguais ou superiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo certo que será atualizado, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados de sua ocorrência;
- XII. trânsito em julgado de uma ou mais sentenças judiciais, sentenças arbitrais definitivas ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Companhia que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Companhia de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se essa obrigação (a) for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is), ou (b) for garantida por ativos suficientes da Companhia, seguro garantia ou carta de fiança no âmbito da execução, desde que, em qualquer dos casos deste subitem (b), seja aceita pelo juízo competente;
- XIII. ocorrência de fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Companhia, exceto (i) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (ii) se for realizada uma incorporação pela Companhia (de tal forma que a Companhia seja a incorporadora) de quaisquer outras sociedades;
- XIV. os membros do conselho de administração da Companhia eleitos pelos acionistas BTG Pactual Pharma Participações S.A. e BTG Pactual Principal Investments FIP ("Acionistas BTG") não elejam o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro da Companhia, exceto se a Companhia realizar a Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória, nos termos da Cláusula 6.16.2 desta Escritura;
- XV. constituição de Controle a qualquer momento, seja individualmente por um acionista ou por meio de um grupo de acionistas vinculados por acordo de acionistas, sendo entendido o termo "Controle", para fins deste item, como a manutenção da titularidade de ações que representem 50%

mais uma ação de emissão da Companhia, exceto se (i) o bloco de Controle constituído for formado pelos Acionistas BTG, o qual deverá ter a maioria de votos no referido bloco de Controle; ou (ii) a Companhia realizar a Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória, nos termos da Cláusula 6.16.2 desta Escritura;

- XVI. caso os Acionistas BTG não elejam, no mínimo, 3 (três) dos membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo que dentre esses membros, 1 (um) deles seja obrigatoriamente o presidente do Conselho de Administração, exceto se a Companhia realizar a Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória, nos termos da Cláusula 6.16.2 desta Escritura;
- XVII. alteração, direta ou indireta, do controle acionário, tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, das controladas relevantes (sendo entendidas como aquelas que representem individualmente 15% (quinze por cento) ou mais da receita bruta consolidada da Companhia, as “Controladas Relevantes”) da Companhia, exceto (i) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, ou (ii) decorrente de reorganizações societárias realizadas exclusivamente entre as próprias controladas;
- XVIII. transformação da forma societária da Companhia de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XIX. provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia durante a vigência das Debêntures;
- XX. o *rating* das Debêntures seja rebaixado para um nível, em escala nacional, inferior à classificação “A-” concedida pela Standard & Poor’s, Fitch Rating, ou equivalente pela Moody’s, exceto se a Companhia realizar a Oferta de Resgate Antecipado Obrigatória, nos termos da Cláusula 6.16.2 desta Escritura;
- XXI. não observância pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos ou 3 (três) trimestres alternados, dos seguintes índices e limites financeiros (“Índices Financeiros”), verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias úteis do envio das informações previstas no item III da Cláusula 7.1, a serem calculados pela Companhia com base nas suas informações financeiras consolidadas ao final de cada trimestre, a partir de 30 de junho de 2012, incluindo as demonstrações financeiras *pro forma* consolidando as aquisições concluídas de empresas adquiridas

a menos de 12 (doze) meses da data-base do cálculo dos Índices Financeiros, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

- (a) Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0 (três) vezes;
- (b) EBITDA/Despesa Financeira Líquida igual ou superior a 2,0 (duas) vezes.

onde:

"Dívida Líquida" corresponde à soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as Debêntures, aquisições a pagar, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Companhia seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Companhia, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia, menos caixa e equivalentes de caixa;

"EBITDA" corresponde ao lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e imposto de renda, resultados financeiros, provisões, depreciação e amortização, com base nos últimos 12 (doze) meses, e ajustado para despesas não recorrentes; e

"Despesa Financeira Líquida" corresponde ao resultado das despesas financeiras em módulo, menos as receitas financeiras em módulo, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo dos Índices Financeiros. Caso a Despesa Financeira Líquida seja negativa, o referido índice não será considerado no respectivo período; e

XXII. não cumprimento pela Brazil Pharma de realização de um aumento de capital com integralização no montante mínimo de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), até 30 de setembro de 2012.

6.24.1 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX da Cláusula 6.24 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, observados os prazos específicos ali previstos, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Ainda

assim, obriga-se o Agente Fiduciário, assim que ciente, a enviar imediatamente à Companhia comunicação escrita informando tal acontecimento.

- 6.24.2 Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.24.1 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Companhia ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.7 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar ou tomar ciência de sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto na Lei das Sociedades por Ações, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A referida Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, sendo permitida a suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior. Não havendo aprovação quanto a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.24.3 Na ocorrência do vencimento antecipado de Debêntures, a Companhia obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do seu efetivo pagamento, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento acima citado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.
- 6.24.4 Fica desde já estabelecido que a verificação, pelo Agente Fiduciário, dos Eventos de Inadimplemento relacionados às controladas da Companhia, será feita exclusivamente com base na declaração a ser enviada pela Companhia, conforme Cláusula 7.1 I e II abaixo, com o que os Debenturistas declaram-se cientes e de acordo, sem prejuízo de eventuais verificações independentes a partir de publicações de fatos relevantes ou de notícias em jornais de grande circulação.

6.25 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso aos Debenturistas, a ser publicado no DOESP e no jornal "Valor Econômico", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante prévia comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e prévia publicação, na forma de aviso aos Debenturistas, no jornal acima destacado.

6.26 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Brazil Pharma S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1629, 6º e 7º andares

04547-070 São Paulo, SP

Att.: Marcelo Doubek e Cristina Caiuby Salles

Tel.: (11) 2117-5200

Fax.: (11) 2117-5233

E-mail: marcelo.doubek@brph.com.br // cristina.caiuby@brph.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas 500, bloco 13, grupo 205

22640-100 Rio de Janeiro, RJ

Att.: Gustavo Dezouart T. Pinto e Lyz Senna

Tel.: (21) 3514-0000

Fax.: (21) 3514-0099

E-mail: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br // agente@oliveiratrust.com.br

III. para CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano
01452-001 São Paulo, SP

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

6.26.1 O Agente Fiduciário está autorizado, mas não obrigado, a verificar ou confirmar que o remetente de qualquer comunicação em nome de qualquer das Partes é uma pessoa autorizada pelas mesmas. As Partes, ao utilizarem fac-símile ou correio eletrônico, declaram ter ciência de que tais meios eletrônicos de comunicação não são totalmente seguros e que os dados transmitidos podem extraviar ou ser interceptados e/ou acessados por terceiros não autorizados. O Agente Fiduciário não se responsabiliza pela segurança e/ou confidencialidade dos dados enviados para o Agente Fiduciário mediante o uso desses meios eletrônicos de comunicação, assim como não garante a efetiva recepção de tais dados.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia está obrigada a:

- I. (i) fornecer ao Agente Fiduciário dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, acompanhadas de: (a) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou aos membros de sua administração, e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora; e (b) declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura, inclusive com relação às suas controladas;
- II. dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes;

- III. em até 15 (quinze) dias do fornecimento das demonstrações financeiras previstas nos incisos I e II desta Cláusula 7.1, enviar ao Agente Fiduciário demonstrativo detalhado de apuração dos Índices Financeiros, com a memória de cálculo demonstrando a abertura das contas que permitiram o cálculo em questão, e todas as rubricas necessárias para a obtenção de referidos Índices Financeiros, bem como quaisquer outras informações que tenham sido necessárias para a verificação dos Índices Financeiros;
- IV. fornecer ao Agente Fiduciário:
- (a) no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
 - (b) imediatamente após sua ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, inclusive com relação às controladas, ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia relacionada a um Evento de Inadimplemento;
 - (c) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
 - (d) na data de divulgação ao mercado, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Companhia; e
 - (e) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, devidamente protocolizados na JUCESP, em até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de assinatura.
- V. informar o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e a CETIP sobre a realização de qualquer pagamento antecipado das Debêntures, com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) dias úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- VI. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas

esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa e material a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;

- VII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se a não manutenção de tais autorizações e licenças não afetar de forma adversa e material a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- VIII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- IX. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);
- X. utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;
- XI. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, sendo que para as despesas individuais acima de R\$5.000,00 (cinco mil reais), estas devem ser previamente acordadas com a Companhia, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo;
- XII. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Companhia;
- XIII. convocar, imediatamente, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- XIV. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;

XV. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo determinado pela CVM, divulgar em sua página na Internet as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na Internet a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Coordenador Líder e à CETIP; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP nos prazos por estas determinados.

7.2. As despesas a que se referem a Cláusula 7.1 (x) acima não compreenderão aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda

Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não tenham sido entregues dentro de 10 (dez) dias úteis da data da solicitação;

- (c) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades por parte da Companhia nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (d) despesas incorridas para a defesa dos Debenturistas caso a Companhia incorra em Evento de Inadimplemento.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia, sendo certo que não conduziu nenhum procedimento de verificação

independente da veracidade das informações ora apresentadas, com o que os Debenturistas declaram-se cientes e de acordo;

- VII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
 - VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
 - IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
 - X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 e 12 da Instrução CVM 28;
 - XI. não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções; e
 - XII. inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão, sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.255 e 6.26 acima; e

IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fará jus à seguinte remuneração, devida pela Companhia:

- I. à título de remuneração pelos serviços, serão devidas parcelas anuais de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) pelos serviços de Agente Fiduciário. Tais parcelas serão devidas 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;
- II. no caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho. Será também devido este valor por hora nas seguintes hipóteses: (i) instituição e execução de eventuais garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Companhia e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Companhia. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- III. no caso de celebração de aditamentos à escritura de emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário dedicadas ao serviço de usufrutuário, será cobrado, adicionalmente, o valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;
- IV. os impostos vigentes à época do pagamento serão acrescidos à remuneração;
- V. as parcelas de remuneração serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da data de emissão;

- VI. os serviços prestados pelo Agente Fiduciário são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e Lei das Sociedades por Ações;
- VII. as remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Companhia, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Companhia, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrentes do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora; e
- VIII. no caso de inadimplemento da Companhia, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Companhia permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos; e
- IX. eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.
- 8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

- II. proteger, exceto se expressamente previsto de maneira diversa, os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VI. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- X. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Companhia;
- XI. convocar, conforme previsto na Cláusula 9.3 abaixo, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas e enviar à Companhia, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação;
- XII. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

XIII. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
- (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
- (f) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
- (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Companhia;
- (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (i) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia; e
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XIV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;

XV. publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.25 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o

inciso XIII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIV acima;

- XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Companhia, à Instituição Depositária, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
 - XVII. acompanhar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
 - XVIII. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Companhia, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
 - XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 15 (quinze) dias da ciência de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
 - XX. calcular, em conjunto com a Companhia, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, e disponibilizá-lo diariamente aos Debenturistas, à Companhia e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*; e
 - XXI. informar, quando necessário, para os fins de atendimento da Instrução CVM 28, conforme alterada, se atua em quaisquer outras emissões da Companhia ou de empresas do grupo econômico da Companhia.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.24 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Companhia se não existirem garantias reais;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.
- 8.7 Observado o disposto nas Cláusulas 6.244, 6.24I e 6.24.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I, II e III, se, convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures da Primeira Série em circulação e da maioria das Debêntures da Segunda Série em circulação.
9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
- 9.1 Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais se dará mediante anúncio publicado pelo menos 2 (duas) vezes nos termos da Cláusula 6.25 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.
- 9.5 A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito por estes próprios ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.
- 9.6.1 Não estão incluídos no *quorum* a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os *quoruns* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série ou que deverão ser aprovadas por Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso, (a) dos *quoruns* previstos nesta Escritura de Emissão, exceto aqueles previstos na Cláusula 8.7 acima, que observarão o disposto na regulamentação aplicável; (b) da Remuneração das Debêntures, exceto pelo disposto na Cláusula 6.14.3 acima; (c) de quaisquer datas de vencimento e/ou de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) das condições financeiras da Oferta de Resgate Antecipado, conforme prevista nesta Escritura de Emissão; e (e) de qualquer Evento de Inadimplemento.
- 9.7 Para os fins de cálculo dos *quoruns* de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, pela Companhia ou por qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Companhia ou qualquer de seus diretores ou conselheiros.

- 9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de Debenturistas, exceto quando solicitada a comparecer.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Companhia, neste ato, declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- II. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. as pessoas que a representa na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Companhia, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Companhia, em observância ao princípio da boa-fé;
- VI. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VII. as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;

- VIII. os documentos, informações e materiais informativos fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- IX. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a Oferta (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Companhia seja parte e que possa afetar de forma material as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Companhia que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Companhia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- X. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- XI. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, estão em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XII. exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras ou no Formulário de Referência da Companhia, inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de

investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa ter um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;

- XIII. as informações constantes do Formulário de Referência elaborado pela Companhia nos termos da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") e disponível na página da CVM na rede mundial de computadores - Internet são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- XIV. não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades em prejuízo dos titulares das Debêntures; e
- XV. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

10.2 A Companhia, assim que ciente, compromete-se imediatamente a notificar o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes e que possam ter um efeito adverso relevante na capacidade da Companhia de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão.

11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária, do Banco Mandatário e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures ("Despesas").

11.2 A Companhia obriga-se a reembolsar os Debenturistas ou o Agente Fiduciário por quaisquer Despesas que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário venham a incorrer, desde que razoáveis e devidamente comprovadas.

12. RENÚNCIA

12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer

direito ou faculdade que caiba a qualquer Parte em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas por tal Parte nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil Brasileiro"), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer Cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

14.3 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Companhia não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Companhia, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

14.4 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras

constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

- 14.5 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.
- 14.6 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Companhia, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Companhia. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
- 14.7 O Agente Fiduciário responderá pelos prejuízos que causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária, desde que arbitrados em juízo por sentença transitada em julgado, da qual não caibam recursos em qualquer instância.
15. FORO
- 15.1 Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.